



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 015/2026

I – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Projeto “Resistência e defesa de direitos frente ao sobre-endividamento público”, correspondente ao TERMO DE FOMENTO Nº 984635/2025 firmado entre a União, por meio da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (SNDH) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, e o Instituto Rede Jubileu Sul Brasil.

II – CONTEXTO

O TERMO DE FOMENTO Nº 984635/2025 é decorrente das Emendas Parlamentares n.º 44830012 e 36110013, de autoria da deputada federal Luiza Erundina (SP) e do deputado federal Tarcísio Motta (RJ) e da proposta nº 026776/2025, cadastrada pelo Instituto Rede Jubileu Sul Brasil no Transferegov.

O objeto a ser executado é o “Fortalecimento do protagonismo de pessoas de comunidades urbanas, especialmente mulheres e jovens, na luta e na defesa dos direitos e dos territórios, na crítica ao sistema endividamento assegurando por meio da promoção de direitos e a cultura em direitos humanos, com uma abordagem de educação não formal pautada no feminismo comunitário, antirracista e orientada por uma perspectiva da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos, em conformidade com as diretrizes do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos”.

O prazo de vigência do Termo de Fomento será de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura (30/12/2025), salvo se houver alterações mediante aditivos. A abrangência será nacional com ações regionalizadas com ações nos municípios de São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, Santana do Livramento/RS, Belo Horizonte/MG, Salvador/BA, Fortaleza/CE e Manaus/AM.

O projeto tem como Objetivo Geral “Promover a participação social de pessoas de comunidades urbanas, especialmente mulheres e jovens, no debate público sobre os impactos da arquitetura financeira e do endividamento público nos direitos humanos e da natureza, visando a reparação das dívidas sociais, da justiça socioeconômica e climática e na defesa dos direitos humanos.”.

Seus objetivos específicos são: 1) Promover a construção coletiva de conhecimentos e instrumentos que ampliem a ação das lideranças no exercício de seus direitos e na mobilização da sociedade civil para a defesa da vida; 2) Organizar a



participação ativa das comunidades urbanas na incidência política nos espaços territoriais, nacionais e formulação das políticas macroeconômicas e ambientais; e 3) Contribuir para a articulação e consolidação de resistência popular e de adaptação às mudanças climáticas, com base nas identidades culturais e regionais.

III – OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto orientar a elaboração do Caderno Formativo "ABC da Financeirização", no âmbito do Projeto "Resistência e defesa de direitos frente ao sobre-endividamento público" e estabelece as diretrizes técnicas, metodológicas e editoriais para a elaboração do conteúdo, a ser desenvolvido no âmbito do Contrato nº 14/2026.

IV – FINALIDADE

O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer as diretrizes técnicas, metodológicas e editoriais para a elaboração do Caderno Formativo **"ABC da Financeirização"**, assegurando que seu desenvolvimento esteja em consonância com os objetivos do Projeto **"Resistência e defesa de direitos frente ao sobre-endividamento público"**, com a metodologia de educação popular adotada pela Rede Jubileu Sul Brasil e com as ações previstas na Meta 2, Etapa 2.2 do Plano de Trabalho.

A elaboração do conteúdo do caderno integra o escopo do Contrato nº 14/2026, decorrente do Termo de Referência nº 012/2026 – Produção de Conteúdo. Dessa forma, o presente documento não constitui instrumento de contratação, destinando-se exclusivamente a formalizar e dar publicidade às orientações técnicas, metodológicas e editoriais que deverão orientar o desenvolvimento, o acompanhamento e a validação do produto.

Além de definir os parâmetros mínimos de conteúdo, organização e linguagem, este Termo de Referência estabelece os critérios para o processo de acompanhamento e validação técnica do Caderno Formativo, contribuindo para que o material atenda aos objetivos pedagógicos do projeto, fortaleça os processos de educação popular em direitos humanos e assegure a qualidade técnica e metodológica do produto.

V – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO CADERNO



O conteúdo do caderno deverá considerar os seguintes aspectos:

- a) O que é financeirização;
- b) A história da financeirização;
- c) A financeirização no Brasil;
- d) A dívida pública e a financeirização;
- e) Os impactos da financeirização na vida;
- f) Financeirização, desigualdades e direitos;
- g) Financeirização da natureza e crise climática;
- h) Resistências e alternativas;
- i) Glossário;
- j) Referências e materiais para aprofundamento.

O conteúdo deverá levar em consideração aspectos e os princípios da educação popular, da linguagem acessível, da comunicação não discriminatória e da perspectiva dos direitos humanos, articulando fundamentação teórica, exemplos práticos e recursos pedagógicos que favoreçam sua utilização em processos formativos desenvolvidos junto às comunidades participantes do projeto.

VI – ACOMPANHAMENTO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO

A elaboração do Caderno Formativo "ABC da Financeirização" será acompanhada pela Secretaria Executiva e pelo Grupo Gestor Executivo da Rede Jubileu Sul Brasil, que poderão realizar reuniões de alinhamento e apresentar contribuições durante o processo de desenvolvimento do material.

A versão preliminar do caderno será submetida à análise técnica da equipe do projeto, que emitirá parecer quanto à sua conformidade com as diretrizes estabelecidas neste Termo de Referência. Caso sejam identificados ajustes necessários, estes deverão ser incorporados pela consultora antes da aprovação da versão final, observadas as condições estabelecidas conforme contrato nº 14/2026, decorrente do TdR nº 012/2026 Produção de Conteúdo.

VII – PRODUTO ESPERADO



Como resultado deste Termo de Referência, espera-se a elaboração do Caderno Formativo "ABC da Financeirização", em versão final revisada e aprovada pela equipe do projeto.

VIII – PRAZO PARA ELABORAÇÃO DO PRODUTO

A elaboração do Caderno Formativo "ABC da Financeirização" deverá observar o cronograma estabelecido pela equipe do projeto e ser concluída dentro do período de até 60 (sessenta) dias após a publicação deste TdR e conforme as condições estabelecidas no contrato nº 14/2026, decorrente do TdR nº 012/2026 Produção de Conteúdo. E com o cronograma do Projeto "Resistência e defesa de direitos frente ao sobre-endividamento público".

São Paulo, 26 de junho de 2026.

Secretaria Executiva e
Grupo Gestor Executivo
Instituto Rede Jubileu Sul Brasil